



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

MINERAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: ANÁLISE DA EXPLORAÇÃO DE MINERAIS ESTRATÉGICOS EM ARAÇUAÍ (MG)

Letícia Honorato de Oliveira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

leticia.honorato@ufvjm.edu.br

Sávio Santos Chaves

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

savio.chaves@ufvjm.edu.br

Aline Weber Sulzbacher

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

aline.weber@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

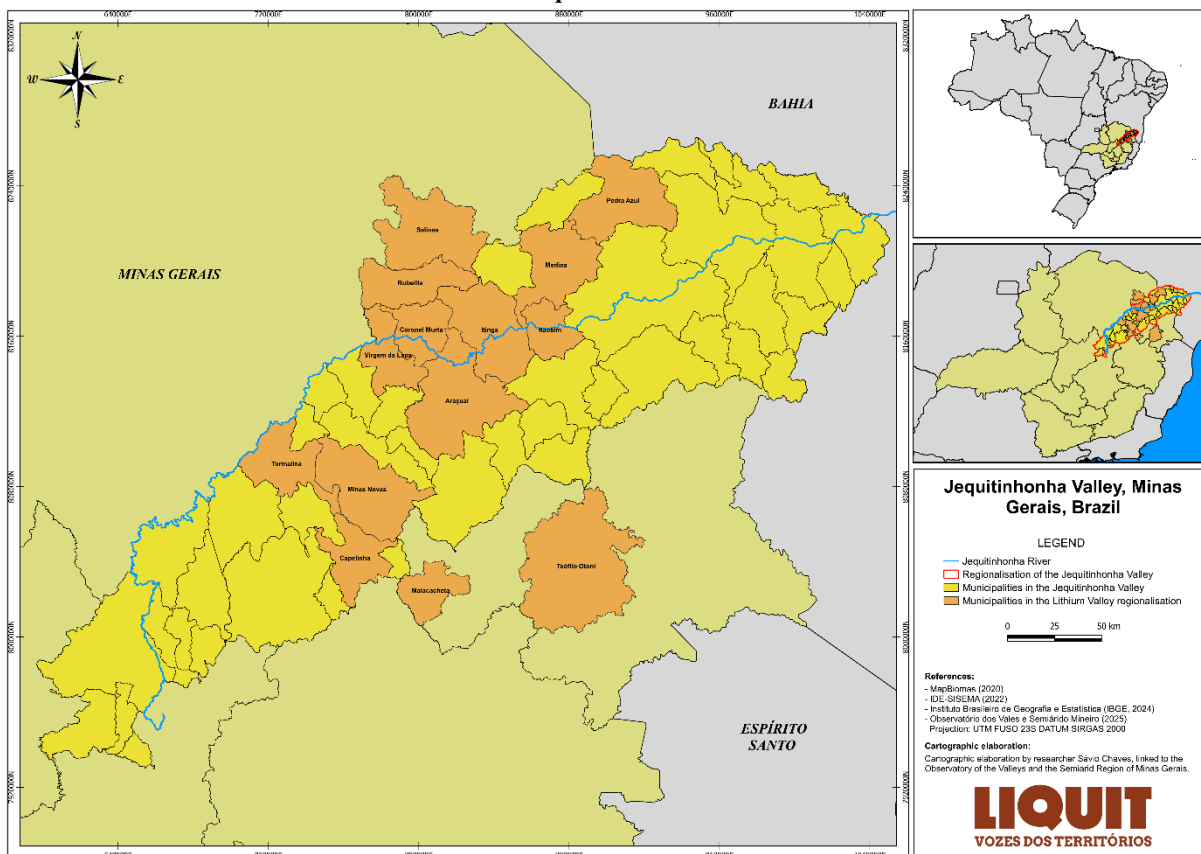
O Vale do Jequitinhonha é um produto histórico-geográfico de processos de ocupação colonial. A criação da regionalização, na década de 1960, é um desses marcos que permitiu a implementação de empreendimentos, com intervenções estatais, vinculados ao modelo de desenvolvimento hegemônico que colidiu diretamente com os territórios e os modos de vida de povos e comunidades tradicionais (SOUZA, 2022; SULZBACHER, 2025).

Nos últimos 10 anos, a região passa a conviver com um cenário de expansão do interesse por novas áreas para a mineração e, em 2021, com a criação da Política Pró-Minerais Estratégicos (Decreto nº 10.657 de 24 de março de 2021), há incentivos para a consolidação de empreendimentos minerários ligados principalmente àquelas substâncias então consideradas “estratégicas” (Resolução nº 2/2021 da SGM/MME). Conforme Milanez (2025, s/p): “No Brasil, o principal resultado da construção da excepcionalidade do setor mineral tem sido o tratamento diferenciado no licenciamento ambiental e sistemas tributários mais favoráveis.”.

Em maio de 2023, o discurso do Governador de Minas Gerais anuncia a região Vale do Lítio ou *Lithium Valley Brazil* envolvendo 14 municípios (Mapa 1), na bolsa de valores de Nasdaq, amplamente divulgada em todas as mídias. Para Souza (2023, p. 227) a “[...] escolha da plataforma do Instagram permite que Zema alcance não apenas os agentes ligados às mineradoras e investidores, mas também o público em geral, especialmente os sujeitos de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha.”



Mapa 1 - Municípios regionalizados no dito Vale do Lítio, no recorte espacial da mesorregião do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Calafate-Faria et. al. (2025).

Tratam-se de dois casos exemplares, da iniciativa governamental, que corroboram a lógica segundo a qual “o Sul global continua a ser entendido como fronteira a ser explorada, [mas agora] em torno de um consenso: a “salvação” da humanidade através da “descarbonização”, legitimando projetos de “[...] extrativismo mineral em uma lógica de capitalização da natureza e exploração dos bens naturais” (PAIM e FURTADO, 2024, p. 16). Conforme bem pontua Santos, E. (2025, s/p.) “[...] o que está em jogo não é apenas a titularidade das jazidas, mas o controle sobre cadeias produtivas e rotas comerciais que definirão os rumos da economia nas próximas décadas”.

Dentre esses 14 municípios do dito Vale do Lítio, Araçuaí se destaca pelas articulações entre empresas mineradoras e o Estado inclusive com repercussões nacionais e internacionais. Alguns elementos contribuem para compreender essa questão: como o aumento no registro de processos minerários para todas as substâncias até maio de 2025, onde foram identificados



415 processos ativos, dentre eles, 185, cerca de 44,58% do total registrado são indicados para minerais estratégicos. Essa ofensiva na disputa espacial por uma fatia do recurso mineral potencial no subsolo do município se manifesta na incidência na gestão pública, nas tensões e conflitos envolvendo comunidades e sociedade em geral - em linhas gerais, reproduz a velha lógica operativa dos grandes projetos de desenvolvimento.

Portanto, o intuito deste trabalho segue em dois objetivos: 1) apresentar análise sobre a situação de fronteira mineral no município, com base na análise dos processos minerários registrados e ativos até maio de 2025, tanto em relação às substâncias gerais quanto àquelas tidas como estratégicas¹ para a transição energética e; 2) identificar as principais empresas atuantes no município e observar, de forma exploratória, as estratégias institucionais mobilizadas por elas nos territórios.

Os procedimentos metodológicos, análises e reflexões apresentadas neste artigo, tem por base projetos de pesquisa e de extensão vinculados ao Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, grupo interdisciplinar de pesquisa, ensino e extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Destaca-se os projetos de pesquisa: “Análise dos processos minerários e dos conflitos territoriais no Semiárido Mineiro”² e 2) *Local, Indigenous, Quilombola and Traditional Communities and the construction of the 'Lithium Valley' in Minas Gerais, Brazil: Empowering silenced voices in the energy transition (LIQUIT)*³; e o projeto de extensão “Territórios em movimento: vivências e ações formativas com comunidades em conflito com a mineração”⁴.

¹ De acordo com a Resolução nº 2/2021 da SGM/MME são considerados minerais estratégicos: enxofre, minério de alumínio, minério de cobalto, minério de cobre, minério de estanho, minério de ferro, minério de fosfato, minério de grafita, minério de lítio, minério de manganês, minério de molibdênio, minério de nióbio, minério de níquel, minério de ouro, minério de potássio, minério de silício, minério de tálio, minério de tântalo, minério de terras raras, minério de titânio, minério de tungstênio, minério de urânio, minério de vanádio e minérios do grupo da platina (SGM/MME, 2021).

² Registro PRPPG/UFVJM nº 171615/2024-7 com financiamento do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq.

³ O Projeto de pesquisa internacional *Local, Indigenous, Quilombola and Traditional Communities and the Construction of the "Lithium Valley" in Minas Gerais, Brazil: Empowering Silenced Voices in the Energy Transition (LIQUIT)*, busca contribuir com as vozes dos territórios e comunidades atingidas pela mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha e a contribuir para o debate global sobre a transição energética. Além disso, é desenvolvido por pesquisadores da *London South Bank University* (Reino Unido), do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA/UNIMONTES), do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (UFVJM), do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), além de representantes de povos e comunidades tradicionais e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

⁴ EDITAL PROEXC N. 01/2025, Registro PROEXC/UFVJM 2025101202517074.



A pesquisa, conduzida a partir de uma abordagem quali-quantitativa, com foco no levantamento, organização e cruzamento de dados sobre a situação mineral do município de Araçuaí, utilizou dados secundários extraídos do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE), plataforma vinculada à Agência Nacional de Mineração (ANM), nos formatos *shapefile* (.zip) e KML compactado. O recorte espacial da área de estudo foi realizado no *software* QGIS, com o uso de arquivos *shapefile* disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após essa etapa, os dados foram organizados e estratificados em planilhas eletrônicas, possibilitando a sistematização das informações referentes a cada processo minerário registrado, desde a identificação dos requerentes, o agrupamento por porte empresarial e o mapeamento das empresas com maior concentração de processos. A análise qualitativa considerou para a pesquisa bibliográfica, temas relevantes a construção do trabalho, além da consulta a materiais jornalísticos e sites institucionais das principais empresas atuantes no município, além do levantamento exploratório das estratégias institucionais divulgadas em páginas oficiais e canais de comunicação de amplo alcance.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMO FANTOCHE DA EXPANSÃO DA MINERAÇÃO

Em Minas Gerais, a exploração de seus recursos naturais de base mineral remonta ao século XVII, marcando um histórico vínculo com a mineração, em que o Vale do Jequitinhonha é expressão viva da contradição moderno-colonial marcada pelas “[...] fabulosas riquezas minerais (ouro, diamante, pedras preciosas) e as condições e modos de vida da população, geralmente enfatizadas pela carência de infraestruturas básicas devido a negligência do Estado na aplicação das políticas públicas.” (SULZBACHER et. al. 2025, s/p).

Uma das respostas estatais, no Brasil, para a superação das desigualdades regionais e a superação da condição de pobreza (auferida a partir de indicadores de renda) foi a modernização implementada via grandes projetos de desenvolvimento que consolidaram-se nas décadas de 1960 e 1970 (ALENTEJANO; TAVARES, 2019), sob o discurso de redução das desigualdades regionais e locais mediante a geração de empregos e renda, cujos efeitos nos territórios do Jequitinhonha implicaram na expropriação territorial de povos e comunidades tradicionais, na exploração do trabalho e ou migração, alterações na dinâmica hídrica da bacia hidrográfica com secamento de nascentes e destruição de ecossistemas



complexos como as veredas nas chapadas, comprometendo o uso tradicional do sistema grotas-chapada etc. (LEITE, 2014, ALMEIDA, 2018; HONORATO e SULZBACHER, 2024; PESSANHA e SULZBACHER, 2025).

Nesse contexto, destaca-se um paradoxo socioeconômico: embora frequentemente acionadas, pelos discursos, em seu potencial de contribuir para o desenvolvimento local e regional, a mineração, na prática, raramente consegue atender a essa expectativa. Vieira e Xavier (2013, p. 75) destacam que “não se pode dizer, contudo, que os resultados trouxeram desenvolvimento, já que em pouco tempo se tinham praticamente esgotado os depósitos superficiais, sem nada se acumular para a população local.” Ainda:

O Estado, em conjunto com as empresas privadas mineradoras, tenta ganhar o apoio da população com o discurso do desenvolvimento, mas o que a história demonstra é que os mega empreendimentos de mineração em cidades interioranas trazem apenas ônus para a população local. E se trazem algum benefício, este é pequeno diante dos prejuízos causados (IDEM, 2013, p. 75).

Essa trajetória histórica lança luz sobre os desafios contemporâneos: no atual cenário global marcado pelas mudanças climáticas, a pauta da transição energética e da descarbonização é imposta por Estados e o poder corporativo seguindo o ideal capitalista (LOREIRO, 2025, s/p), enquanto que os territórios tradicionais enfrentam um agravamento dos conflitos, marcados por violências institucionalizadas, opressões e expropriações. Tais processos, longe de configurarem fenômenos isolados, são recorrentes e estão amparados pela retórica do desenvolvimento que historicamente legitima a espoliação territorial, reproduzindo a divisão do trabalho que submete os países periféricos à lógica da reprimarização da economia. Portanto, o “caráter neocolonial do antigo modelo de desenvolvimento urbano-industrial-capitalista é agora rebatizado como “climaticamente neutro”.” (CALAFATE-FARIA et. al. 2025, p. 75).

Essa narrativa hegemônica da transição energética fundamenta-se na substituição do uso de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão) por fontes de energia consideradas renováveis e limpas (eólica, solar e baterias elétricas), com baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) (PAIM E FURTADO, 2024). Destacam-se duas interpretações principais para essa transição: 1) a chamada “transição justa”, que propõe um modelo de desenvolvimento que não se baseia necessariamente na substituição tecnológica; e 2) uma abordagem institucionalizada, pautada em acordos político-ambientais internacionais, como o Acordo de Paris (2015), em que a tecnologia é colocada como eixo central.



Nesse sentido, Milanez (2021) aponta fragilidades no discurso da “energia limpa”, ao apontar a falsa suposição de que os recursos minerais seriam suficientes para sustentar o atual modelo de consumo energético e de que os impactos socioambientais poderiam ser mitigados por inovações tecnológicas e gerenciais dos empreendimentos. Portanto,

A expressão expansão energética é usada pelo fato de, tanto o Brasil, quanto o mundo, estarem aumentando a extração de petróleo, ao mesmo tempo que implantam novas usinas de geração de eletricidade. Esse processo é considerado distinto de uma transição energética, que deveria ser baseada na redução do uso de energia, aumento da eficiência energética e diminuição da utilização de combustíveis fósseis. (MILANEZ, 2025, s/p).

Fica explícito, portanto, uma reconfiguração das dinâmicas estruturais do sistema-mundo-moderno-colonial (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006) favorecendo processos de acumulação por espoliação e gerando “violações e violências sobre espaços e grupos excluídos, criando zonas de sacrifício verde”, bem como “injustiças ambientais, geográficas e sociais” (MANSUR, et al., 2024, p. 6). Assim a transição energética segue reproduzindo dinâmicas de exploração e expropriação territorial (ULLOA, 2021 apud ARAÚJO, 2024) pois implica em aumento da demanda por minerais considerados críticos/estratégicos, afinal “o processo de conversão energética, bem como o armazenamento e a transmissão da eletricidade, depende de máquinas e equipamentos cuja fabricação necessita de diferentes minerais” (MILANEZ, 2021, p. 4).

Esse processo expressa o que Bringel e Svampa (2023) denominam como consolidação hegemônica dos “consensos capitalistas globais” — entre os quais se destacam o Consenso de Washington, o Consenso das Commodities e o Consenso da Descarbonização. Este último, segundo os autores, conduz “*a una transición corporativa, tecnocrática, neocolonial e insustentable*” (IDEM, p. 60). Para Calafate-Faria et. al. (2025, p. 75):

Assim, a chamada “transição energética” acabou se revelando um processo no qual grandes empresas de mineração, em nome da descarbonização por meio da eletrificação, intensificam a extração de minerais críticos e expandem as fronteiras da destruição ambiental por meio da violência física e simbólica. Nesse contexto, as duas regiões discutidas neste artigo [Vale do Jequitinhonha, Brasil e Covas do Barroso, Portugal] são configuradas como “periferias silenciadas” a serem “desenvolvidas”. A partir dessa perspectiva, os meios de subsistência adaptados às condições ambientais locais são percebidos como obstáculos à “transição energética”.

A pauta da expansão energética e dos minerais críticos/estratégicos tem efeitos nos locais, nos territórios e modos de vida de diferentes grupos sociais. Na análise dos processos



minerários considerando a região do semiárido mineiro (HONORATO e SULZBACHER, 2024) ficou demonstrado os efeitos da agenda do Consenso das Commodities (anos 2000) que implicou no boom das commodities (anos 2008), sendo um deles o aumento em 211,66% de processos minerários registrados no semiárido mineiro (2000 a 2008, total de 2699 processos registrados) e a concentração espacial destes nas mesorregiões do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce. Em todo o período histórico, 1935 até 2024, havia 14.848 processos minerários ativos para o semiárido mineiro e com base nos 31 minerais⁵ demandados nas estratégias de transição energética, identificamos a presença de 16 grupos de substâncias, dentre os quais destacamos: grupo de substâncias minério de lítio, lítio, espodumênio, pegmatito e petalita representam 38,64% na quantidade de processos referentes à minerais estratégicos (4638 processos), e de 12,07% em relação ao total de processos minerários no semiárido mineiro; grupo de minério de ferro e ferro representa 25%. A soma dos grupos das substâncias lítio, ferro e ouro representam 81,80% dos processos de minerais estratégicos no semiárido mineiro. (HONORATO e SULZBACHER, 2024).

Portanto, há uma corrida espacial que impõe uma situação de fronteira minero-energética-agrária para esses territórios. Conforme discutimos em Pessanha e Sulzbacher (2025, p. 02) “[...] a chegada de novos agentes – notadamente empresas multinacionais do setor mineral e instituições financeiras internacionais –, vinculados a cadeias globais como a do lítio e às agendas de transição energética das economias centrais, têm contribuído para o acirramento das desigualdades e contradições socioespaciais já presentes nos territórios do Jequitinhonha.”

A questão mineral entorno do lítio e minério de lítio é o que mais tem gerado tensões e conflitos principalmente na porção média da bacia do rio Jequitinhonha pois, conforme análise de dados em andamento, no Projeto LIQUIT, os municípios de Salinas, Rubelita, Virgem da Lapa, Araçuaí e Itinga concentram a maior parte dos processos minerários dentre os municípios do dito Vale do Lítio. Conforme Santos, E. (2025, s/p):

⁵ Alumínio, bário, boro, cádmio, cassiterita/estanho, cobalto, cobre, cromo, disprósio, gálio, germânio, grafite/grafita, índio, ítrio, lítio, manganês, molibdênio, neodímio, nióbio, níquel, platina, praseodímio, prata, selênio, silício, telúrio, térbio, terras raras, urânio, vanádio, zinco (adaptado de Milanez, 2021). Essa classificação de minerais estratégicos ou críticos possui variações de base acadêmica e política (definida por diferentes governos e seus interesses).



A América do Sul concentra cerca de 38% das reservas globais de cobre⁶ e aproximadamente 58% das de lítio. O Brasil aparece em segundo lugar mundial em recursos de terras raras, com 21 milhões de toneladas em equivalente de óxidos, segundo o relatório Mineral Commodity Summaries 2025, publicado pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos, ficando atrás apenas da China. Parte desses recursos ainda não está em condições de exploração imediata, mas seu potencial é reconhecido por governos e investidores.

Por fim, a realização da COP 30 foi exemplar neste sentido, conforme a análise de Loureiro (2025, s/p), o evento “revelou com nitidez o quanto a política ambiental segue capturada pelos interesses corporativos, pelo capital financeiro e pela racionalidade colonial que transforma florestas, rios, sol, vento e povos em objetos de gestão para benefício dos países ricos e das elites econômicas.” [...] portanto a política ambiental hegemônica segue “subordinada ao capital e estruturada por uma racionalidade colonial que persiste no século XXI”.

Loureiro (2025, s/p – grifos nossos) aponta três tarefas urgentes e necessárias para os movimentos populares que reproduzimos aqui pois é também um chamado para que as instituições públicas, principalmente para pesquisadores e Universidades, se posicionem de forma crítica e responsável nesse *front* com a produção de conhecimento científico comprometido com as demandas populares:

1. **Politizar a disputa ambiental:** é fundamental seguir construindo a luta ambiental a partir do enfrentamento direto ao agronegócio e à mineração, setores que seguem intocados no centro das emissões e da destruição territorial. Politizar a disputa significa também **denunciar as falsas soluções** que vêm ganhando força, **baseadas na financeirização da natureza, nos mercados de carbono e nos fundos “verdes” que aprofundam dependências** e invisibilizam as causas estruturais da crise.
2. **Ampliar a mobilização popular:** Para que a agenda climática se torne força social transformadora, é urgente ampliar a capacidade de mobilização popular, fortalecendo organizações de base, **territorializando o debate ambiental e conectando pautas como moradia, saneamento, alimentação, transporte, energia e acesso à terra com a luta climática.**
3. **Construir um programa próprio de transição ecológica justa e popular:** os movimentos precisam projetar um **programa de transição que enfrente o poder corporativo, recupere a centralidade dos bens comuns e reorganize a economia a partir das necessidades dos povos.** Isso implica massificar a produção de alimentos saudáveis, fortalecer a agroecologia, garantir soberania energética e colocar água, solo, floresta e energia fora dos mercados financeiros.

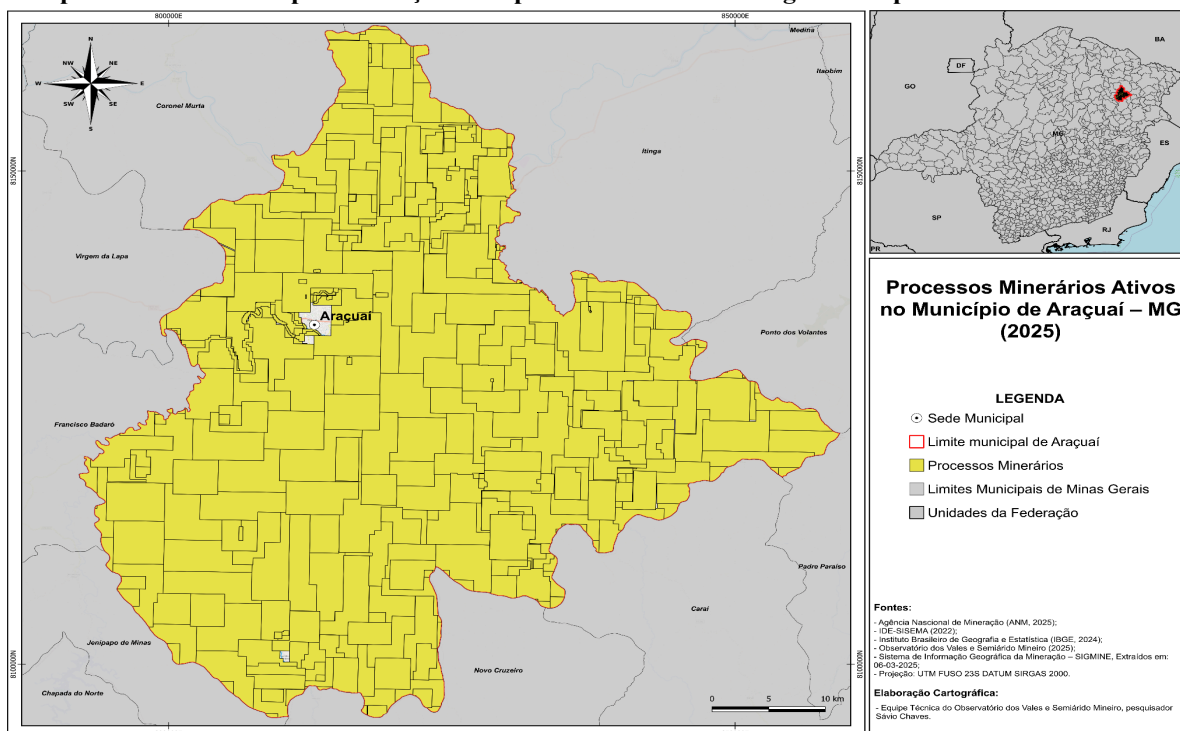
⁶ Até maio de 2024 havia 27 processos minerários registrados para a substância cobre no semiárido mineiro com área total de 44.980,64 hectares (Honorato e Sulzbacher, 2024).



EFEITOS DA TRANSIÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ

Até maio de 2025 havia 415 processos minerários registrados e ativos no município de Araçuaí para 28 substâncias (Mapa 2), que ocupam uma área de aproximadamente 312.259,60 hectares. Esses processos correspondem a áreas georreferenciadas, delimitadas em formato de polígonos, que podem ser requeridas⁷ por pessoas físicas ou jurídicas — sejam de iniciativa pública ou privada.

Mapa 2 - Limite municipal de Araçuaí e os processos minerários registrados para todas as substâncias.



Fonte: ANM, SIGMINE, IBGE, 2025.

Dentre esses 415 processos, 73 (17,6%) foram requeridos por pessoas físicas; 320 (77,1%) por empresas de pequeno, médio e grande porte; e os 22 restantes (5,3%), por cooperativas, prefeitura e dados não cadastrados. Os processos podem ser agrupados em 28 substâncias, sendo que há 174 processos para minerais estratégicos (Quadro 1) em que as substâncias relacionadas à lítio representam 68,65%.

⁷ Estes requerentes abrem um processo administrativo junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) manifestando interesse para pesquisa indicando determinada substância e, sendo aprovado, fica autorizada a pesquisa de campo que permitirá realizar estudos de cunho geológicos, análises e soldagens para verificar a existência ou não do minério e sua viabilidade econômica. Após essa fase, o requerente apresenta para a ANM o relatório com indicativo da análise de viabilidade econômica (ou não), e sendo viável, seguem os trâmites para a concessão de lavra.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Quadro 1 - Substâncias consideradas estratégicas registradas no município de Araçuaí (MG).

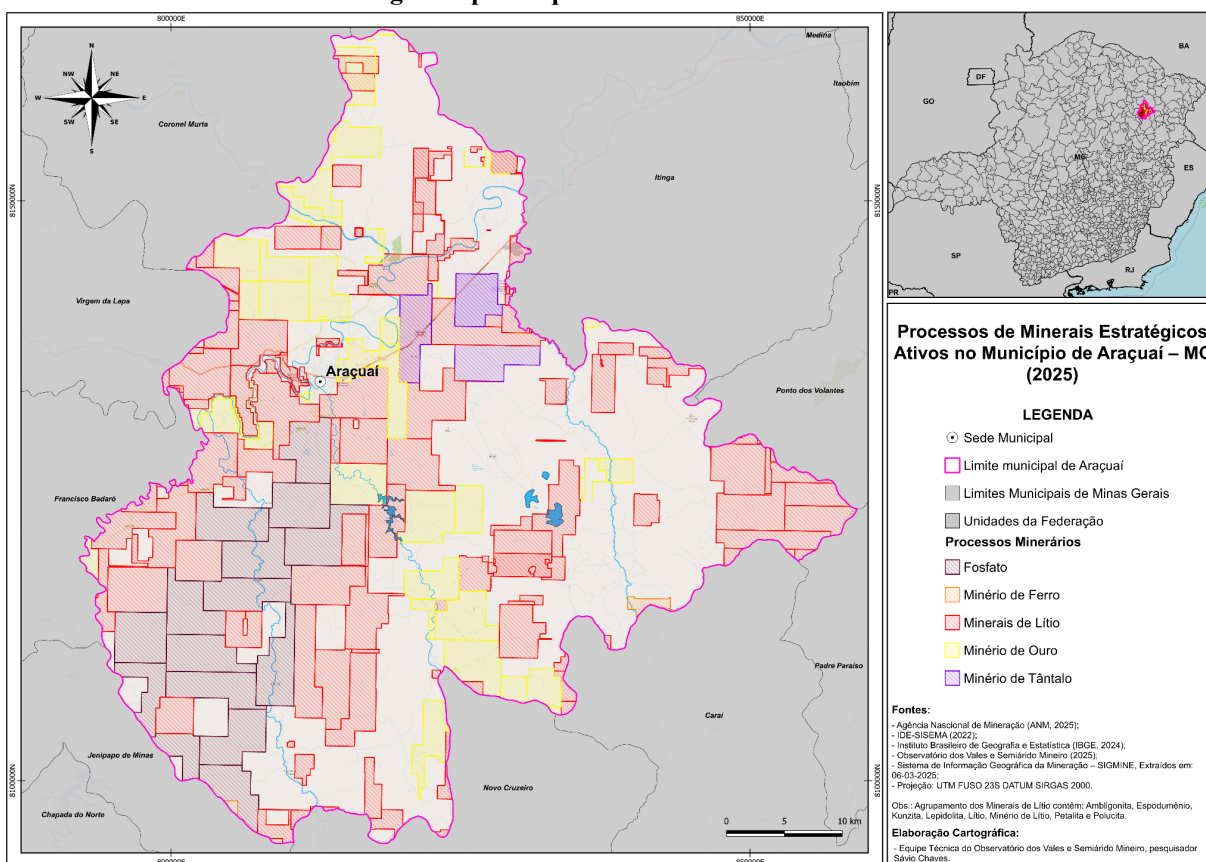
Substância	Número de processos minerários
Minério De Ferro	4
Grupo Minério De Lítio	127
Minério De Ouro	34
Minério De Tântalo	5
Fosfato	15
Total	185

Fonte: ANM, SIGMINE, 2025

Elaboração Leticia Honorato de Oliveira, 2025.

No Mapa 3 estão especializados os processos minerários referentes a minerais estratégicos, em que cabe destacar o fato de que ocupam significativa área no município de Araçuaí e a sobreposição com territórios tradicionais à exemplo da Comunidade Quilombola Baú, da Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba e da Área de Proteção Ambiental Chapada do Lagoão.

Mapa 3 - Limite municipal de Araçuaí com os processos minerários registrados para as substâncias tidas como estratégicas e para aquelas associadas ao minério de lítio.



Fonte: ANM, SIGMINE, IBGE, 2025.



Conforme análise realizada por Chaves, Honorato e Sulzbacher (2025, p. 12), em 2024 havia 9 processos minerários de minério de lítio sobrepostos na área da APA Chapada do Lagoão e esse número subiu para 11, até fevereiro de 2025 sendo que 5 pertencem à empresa Atlas Lítio Brasil LTDA. A empresa obteve licença de operação no Estado de Minas Gerais para o seu Projeto Neves, localizado aos pés do platô da APA em outubro de 2024. Porém, em 2025, ao mesmo tempo em que estava em trâmite o processo de lei que propunha a redução da unidade conservação, a empresa submeteu aos órgãos de licenciamento o pedido de ampliação de sua unidade de operação, denominada Cava Anitta, prevendo uma expansão de mais 64,48 hectares, área essa conforme apresentado no EIA/RIMA do projeto, afetaria 0,8% da área da APA Chapada do Lagoão. A atuação da Câmara de Vereadores de Araçuaí para a redução da área da APA foi essencial para que houvesse a desafetação da área que estava sendo requerida pela empresa.

Além disso, com base nos dados até fevereiro de 2025, o território do Quilombo Baú apresentava a sobreposição de 13 processos minerários de lítio e minério de lítio (são mais que 70 processos se considerarmos outras substâncias), totalizando 3.280,28 hectares de área, o que corresponde a aproximadamente a 21,24% de seu território. Todos esses processos pertenciam a empreendimentos de médio porte, sendo três deles requeridos pela empresa Atlas Lítio Brasil LTDA, a mesma que possui operação em andamento nas proximidades da APA municipal de Araçuaí. Já no território do Quilombo Lagoa Grande, em sua porção dentro dos limites de Araçuaí, havia, até fevereiro de 2025, a sobreposição de um processo minerário pertencente a um requerente enquadrado como pessoa física, ocupando uma área de 65,57 hectares. (CHAVES, HONORATO e SULZBACHER, 2025, p. 12).

Portanto, o estudo mais aprofundado dos requerentes de processos minerários é de fundamental relevância para evidenciar os efeitos da fronteira minero-energética-agrária e da atuação do poder corporativo nos municípios e territórios tradicionais. Em análise ao caso de Araçuaí, dentre os 415, há 320 processos minerários cujos requerentes são pessoas jurídicas e foram identificadas 106 empresas, o que significa que mais de um processo foi registrado por uma única empresa. Conforme o Quadro 2, apresentamos a relação das 12 empresas que são requerentes e respectiva quantidade de processos minerários considerando como corte 7 ou mais processos, esse grupo detém cerca de 33% dos processos minerários registrados no município de Araçuaí. Dentre os requerentes que são pessoas físicas, destacam-se Mario



Andre Martins Chaves como requerente de 12 processos minerários e Telmo Namen Lopes Filho com 6 processos.

Quadro 2 – Principais empresas requerentes e número de processos minerários em Araçuaí

Empresas	Número de processos de minerários em Araçuaí
Slipstream Participações S. A	21
Sigma Mineração S.A	20
Brasil Source Mineração Ltda	15
Atlas Lítio Brasil Ltda	14
Bontempi Imóveis Ltda e Bontempi Mineração EIRELI	12
Canopus Geologia E Projetos Ltda	10
Brix Mineração Do Brasil Ltda	8
Gransena Exportação e Comercio Ltda	8
MGLIT Empreendimentos Ltda.	8
Itinga Mineração Ltda	7
Mineração & Transporte Rosa Do Vale Ltda	7
Quartzo Brasil Exploração Mineral Ltda	7
Total	137

Fonte: ANM, SIGMINE, 2025

Entre as cinco principais empresas com o maior número de processos (Mapa 4), todas detêm requerimentos relacionados a substâncias classificadas como estratégicas, mas apenas três — Sigma Mineração S.A., Atlas Lítio Brasil Ltda. e Canopus Geologia e Projetos Ltda — possuem processos especificamente vinculados ao lítio ou a substâncias associadas. Todo este cenário evidencia uma concentração da disputa e controle pelo subsolo, o que cabe análise mais aprofundada sobre a atuação das empresas, o poder corporativo e o papel das instituições públicas.



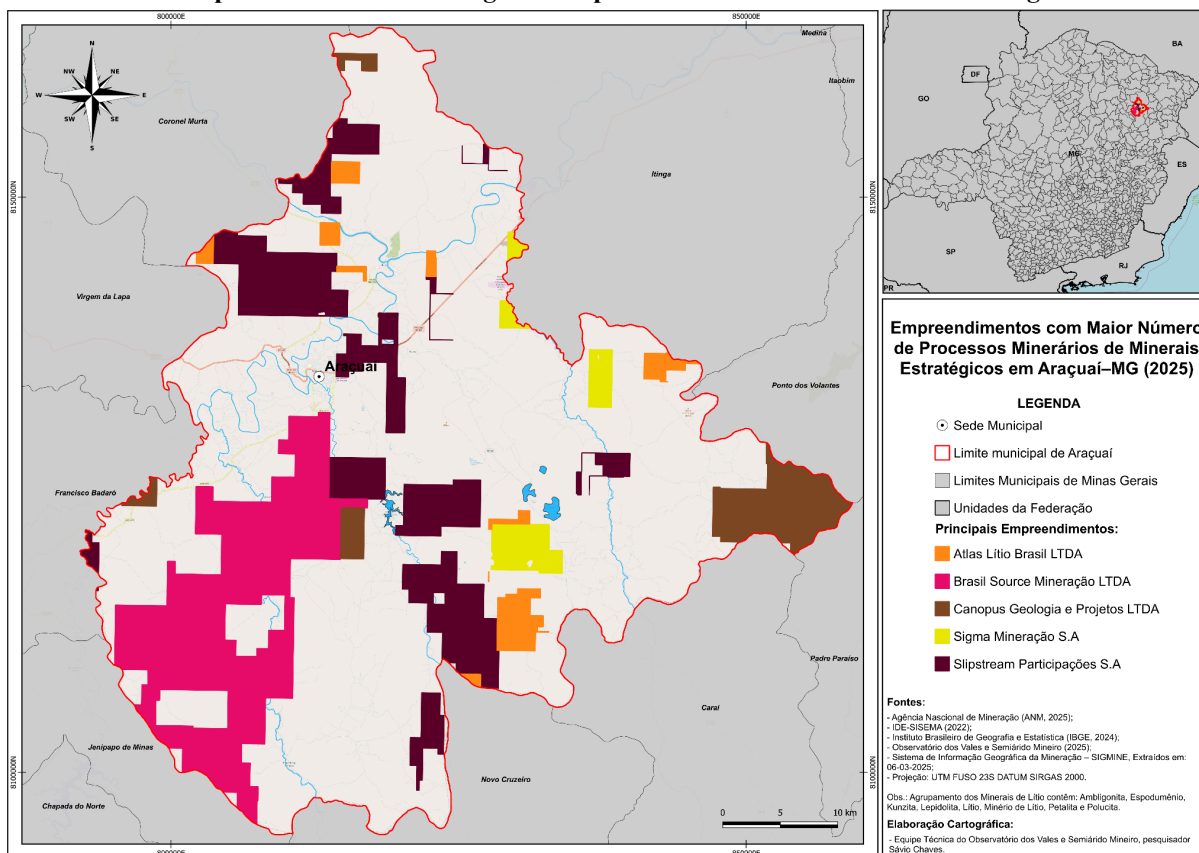
XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Mapa 4 – Município de Araçuaí com a localização dos processos minerários das cinco empresas com dez ou mais processos minerários registrados para as substâncias tidas como estratégicas.



Fonte: ANM, SIGMINE, IBGE, 2025.

É comum, em regiões mineradas, que grandes empresas do setor recorram a “uma série de instrumentos e meios de legitimação para sua aceitação ou imposição” (ALENTEJANO, 2019, p. 194). Partindo desse princípio, observou-se que a Sigma Mineração S.A. divulga em sua página institucional, um conjunto de ações voltadas à comunidade, envolvendo temas como: segurança hídrica, com a distribuição e o abastecimento de caixas d’água para comunidades próximas a ela; combate à violência e à desigualdade de gênero; apoio emergencial; microcrédito para mulheres, com o programa Donas de Mim; qualificação e formação profissional; além de parcerias educacionais com universidades, institutos federais e escolas próximas às áreas de operação.

Assim como a Atlas Lítio Brasil LTDA, que na sua última apresentação corporativa, publicada em novembro de 2025, divulgou os projetos que estão sendo realizados de apoio a comunidades, seja por iniciativas voltadas a: eventos de celebrações em feriados e datas



comemorativas; reforma e restauração de escolas e igrejas; iniciativas voltadas para a educação ambiental junto a estudantes locais; e a construção de casas para professores.

Por outro lado, embora tenha a presença de outras empresas no município, ainda há a ausência de informações — inclusive de sites oficiais ou canais de comunicação de amplo alcance —, o que evidencia a centralidade de duas empresas em uma atuação com iniciativas pontuais de inserção social e territorial. Desse modo, todas essas iniciativas, programas e parcerias acabam por reforçar o que se compreende por minério-dependência (COELHO, 2017, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a situação mineral e as estratégias de legitimação no município se ancoram em narrativas e discursos hegemônicos de desenvolvimento e da transição energética, os quais, na prática, sustentam dinâmicas extrativistas, desigualdades e aprofundam as contradições.

Diante da situação de conflito que fica latente em função da quantidade de processos minerários registrados e ativos até maio de 2025, especialmente aqueles voltados à exploração de minerais estratégicos no município de Araçuaí, percebe-se que estamos testemunhando novamente narrativas que remontam ao final do século XX — período em que a região foi palco de projetos desenvolvimentistas como a monocultura de eucalipto, a implementação de usinas hidrelétricas e mineração — e que, mais uma vez, se vê envolvida em uma corrida para atender às demandas do mercado global, impulsionada por iniciativas privadas com respaldo estatal. Ademais, as estratégias institucionais mobilizadas pelo setor no território contribuem para legitimar discursos hegemônicos de desenvolvimento, dificultando a construção de alternativas econômicas locais.

Portanto, é fundamental avançar em análises que articulem a relação entre Estado, setor empresarial e populações locais. De modo a aprofundar o debate sobre os efeitos e impactos da mineração associados às ações institucionais, e explorar caminhos para fortalecer o protagonismo das comunidades na formulação de políticas públicas. Em Araçuaí, os conflitos envolvendo o tema da mineração evidencia que a colonialidade do poder segue pulsante, evidenciadas pelo racismo, meritocracia, sexismo e elitismo expressos nos posicionamentos de agentes públicos e privados. Reforça-se que os povos e comunidades



tradicionais têm direito à consulta livre, prévia, esclarecida e de boa fé, preceito legal que não tem sido efetivo. Cabe avançarmos nas tarefas indicadas por Loureiro (2025), criar as condições para a mobilização popular com base em informações confiáveis e de base científica, politizar a disputa ambiental e contribuir na construção de um programa de transição ecológica justa e popular – ações fundamentais para superar a minero-dependência que reproduz o ciclo colonial.

Palavras-chave: Conflitos territoriais, Povos e Comunidades Tradicionais, Bem viver

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. *Terra Livre*, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1620>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- BUDINI, T., D'ANGELO, F., & GREGGO, M. As múltiplas escalas de ação não-estatal na governança do clima:: do consenso global em torno da transição energética aos conflitos ambientais no Triângulo do Lítio. *Carta Internacional*, 19(3), e1467. 2025. In: <https://doi.org/10.21530/ci.v19n3.2024.1467>
- CALAFATE-FARIA, Francisco et. al. Energy Expansion at the Global Peripheries: The End of Territories. In: **The Institute of Development Studies and Partner Organisations**, 10 nov. 2025, p. 53-82. Disponível em: <https://bulletin.ids.ac.uk/index.php/idsbo/article/view/3314/3464> Acesso em: 22 nov. 2025
- CHAVES, Savio S.; HONORATO O., Letícia; SULZBACHER, Aline W.. Em nome da transição energética: sobreposição minerária e conflitos nos territórios do Jequitinhonha. **Anais.... XI Simpósio Internacional de Geografia Agrária/XII Simpósio Nacional de Geografia Agrária/Jornada Carlos Walter Porto-Gonçalves**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas, 2025, p. 1-20 (no prelo).
- COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.
- DA SILVA ARAÚJO, Aline. Lithium Valley Brazil: considerações sobre a crescente demanda por lítio no Brasil. [S. l.], dez. 2024. (Texto digital não publicado).
- HAESBAERT, Rogerio e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- HONORATO, Letícia de Oliveira e SULZBACHER, Aline Weber. Mineração e conflitos territoriais no Semiárido Mineiro: uma análise dos processos minerários. In: VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2024, São Paulo. **Anais...** Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727923633_ARQUIVO_2405ed17996c3eae0b450a97bf86057c.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.



LEITE, Ana Carolina G. Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro. *Boletim Campineiro de Geografia*, 4(1), 60–81, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2515>. Acesso em 30 jul. 2025.

LOUREIRO, Bárbara. *COP30: entre a vitrine do capital verde e a urgência de um projeto popular de transição ecológica*. In: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, nov. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/boletim-na-cop30-transicao-ecologica/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MILANEZ, Bruno. Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil. Diálogo dos Povos, Sinfrajupe, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), 2021.

MILANEZ, Bruno. *Me chame pelo meu nome: a falácia dos “minerais estratégicos”*. Le Monde Diplomatique Brasil, 16 set. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/me-chame-pelo-meu-nome-a-falacia-dos-minerais-estrategicos/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DOS VALES E DO SEMIÁRIDO MINEIRO. *Manifesto em defesa da APA Chapada do Lagoão*. Diamantina: UFVJM, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1P0Dmls1Oy7tAiPnP8qjV0x8pZkNTnrs4?usp=sharing>

OBSERVATÓRIO DOS VALES E DO SEMIÁRIDO MINEIRO. *Nota Técnica nº 01/2024 – Processos Minerários no Jequitinhonha e no Mucuri: análise da substância lítio*. Diamantina: UFVJM, mar. 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1P0Dmls1Oy7tAiPnP8qjV0x8pZkNTnrs4?usp=sharing>

PAIM, Elisângela; FURTADO, Fabrina Pontes (org.). *Em nome do clima: mapeamento crítico, transição energética e financeirização da natureza*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024. p. 14-21. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2024/03/em-nome-do-clima-2.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PESSANHA, Pedro Henrique H. C., & Sulzbacher, Aline W. Territórios sitiados: abordagem de danos psicossociais em comunidades atingidas pela mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 42, e15433, 2025. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202542e15433pt> (no prelo)

SANTOS, Elaine. *Lítio, terras raras e cobre – O que os EUA querem do Brasil?* Interesse Nacional, 14 ago. 2025. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/portal/litio-terras-raras-e-cobre-o-que-os-eua-querem-do-brasil/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SGM/MME. (2021). Resolução nº 2, de 18 de junho de 2021. Brasília: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

SOUZA, Lauanda Lopes de. “Lítio Verde” no Vale do Jequitinhonha: ressurgência de discursos desenvolvimentistas e disputas internacionais. IN: **Revista Mutirão**. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, v. 4 n. 3, 2023, p. 221-224. Disponível em:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/mutiro/article/view/261584> Acesso em 22 abr. 2024.

SOUZA, Lauanda Lopes de. Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha. 2022. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.

SULZBACHER, Aline Weber et. al. Quem paga a conta do progresso? Capitalismo, expropriações e mineração nos territórios do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). In: Gazzinelli, Juliana; Mota, Sarita; Sarmet, Gabriela (Orgs.). *Mineração, Água e Território: Conflitos Sociais, Injustiças Ambientais*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2025. ISBN: 978-85-8054-741-2.